



**DENISE PEREIRA
MARISTELA CARNEIRO
(ORGANIZADORAS)**

O BRASIL DIMENSIONADO PELA HISTÓRIA 2

Atena
Editora

Ano 2020



**DENISE PEREIRA
MARISTELA CARNEIRO
(ORGANIZADORAS)**

O BRASIL DIMENSIONADO PELA HISTÓRIA 2

Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Karine de Lima

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

B823 O Brasil dimensionado pela história 2 [recurso eletrônico] /
 Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta
 Grossa, PR: Atena Editora, 2020. – (O Brasil Dimensionado pela
 História; v. 2)

Formato: PDF
 Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-85-7247-915-8
 DOI 10.22533/at.ed.158201501

1. Brasil – História. 2. Brasil – Fronteiras. I. Pereira, Denise.
 II. Carneiro, Maristela. III. Série.

CDD 981.65

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Um Brasil, muitos “Brasis”. A própria necessidade de descrever o plural entre aspas aponta para o obrigatório caráter de singularidade que vem com definições como país, nação e território nacional. Entretanto, há algo de profundamente idealista, simplificador e até mesmo pueril a respeito dessa singularização obrigatória. Países, a final, são químicas de muitos compostos e processos, raramente fáceis de delinear.

O Brasil, como qualquer outro país, é produto de conflitos, tensões e representações. Ao mesmo tempo uma imposição de condições circunstanciais e da assimilação de discursos internalizados, o Brasil existe na mente de seus habitantes como uma abstração, uma identidade coletiva, antes de se colocar como uma linha mais coerente de ideias encadeadas. Um recorte geográfico gigantesco. Uma economia complexa. Uma emblemática coleção de territórios, paisagens emocionais, panoramas urbanos. Uma frustrante cadeia de problemas políticos, sociais e ecológicos. Uma história. Múltiplas histórias.

Pois todos os fios das lutas e idiossincrasias que unem para constituir a trama deste país, um quadro complexo, variado e repleto de contradições, não podem ser compreendidos senão como produtos e signos dos contextos históricos em que nasceram. A história oferece um conjunto único de lentes, que nos permite detectar e apreciar os intrincados desenhos que compõem essa rica trama. A história permite dimensionar (e tensionar) diferentes “Brasis”, possibilitando outros olhares e enquadramentos, que complexificam as narrativas que contam e ressignificam o próprio conceito de Brasil.

Economia. Política. Arte. Religião. Educação. Campos de ação que fracionam a experiência humana em unidades compreensíveis e manuseáveis, produzindo especialidades e, mais importante, especificidades. Pela mirada da história podemos vislumbrar cada um destes recortes por intermédio das trajetórias descritas e geradas pelos mesmos, permitindo-nos melhor apreciar as facetas e dimensões deste país. Diferentes campos convergem para construir uma narrativa que auxilie na construção da identidade brasileira, a qual encontra na história um horizonte orientador para suas lutas e desafios. Aqui, a história se torna a pedra de toque para a leitura de diferentes problemáticas, que em última análise se propõem a medir os impactos das ações humanas no tempo e, também, construir um futuro mais humano e com mais acertos.

Diante deste olhar na História, esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas pesquisas.

Boa leitura!

Denise Pereira
Maristela Carneiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
“O DIA EM QUE O CACIQUE” ENTOOU “UMA VOZ SOBERANA NO AR”: UM SAMBA DA VAI-VAI E DA NENÊ COMO LINGUAGEM DE PROTESTO EM TEMPOS SOMBRIOS	
Emerson Porto Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.1582015011	
CAPÍTULO 2	13
APONTAMENTOS HISTÓRICO-FILOSÓFICOS SOBRE AS ORIGENS E A DECADÊNCIA IDEOLÓGICA NAS CIÊNCIAS ECONÔMICAS	
Danne Vieira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1582015012	
CAPÍTULO 3	25
CEARENSES OU PIAUIENSES? REFLEXÕES SOBRE IDENTIDADE NA VILA DE AMARRAÇÃO NO LITORAL DO PIAUÍ NO FINAL DO SÉCULO XIX	
Marcus Pierre de Carvalho Baptista	
Francisco de Assis de Sousa Nascimento	
Elisabeth Mary de Carvalho Baptista	
DOI 10.22533/at.ed.1582015013	
CAPÍTULO 4	37
CAMINHOS DA HISTÓRIA INDÍGENA: TEORIAS, METODOLOGIAS E PRÁTICAS	
Éder da Silva Novak	
Maria Simone Jacomini Novak	
DOI 10.22533/at.ed.1582015014	
CAPÍTULO 5	47
CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS (1989-2009): 20 ANOS DE HISTÓRIA	
Marina Carolina Rezende Costa	
DOI 10.22533/at.ed.1582015015	
CAPÍTULO 6	58
JUSTIÇA ESTATAL E JUSTIÇA NEGOCIADA: FURTO DE GADO, AÇÃO PENAL E JUSTIÇA NÃO ESTATAL NO BRASIL (1860- 1899)	
Lucas Ribeiro Garro Lourenço	
DOI 10.22533/at.ed.1582015016	
CAPÍTULO 7	70
INTERFACE ENTRE FOUCAULT E BUTLER: CAMINHOS PARA SE PENSAR OS CORPOS, SEXUALIDADES/GÊNEROS, PRÁTICAS DE SI, E RESISTÊNCIAS	
João Marcelo de Oliveira Cezar	
DOI 10.22533/at.ed.1582015017	
CAPÍTULO 8	80
MARANHÃO, A ÚLTIMA CRUZADA ENCANTARIA SEBASTIÂNICA E ESCRITOS CAVALEIRESCOS MEDIEVAIS	
Marcus Baccega	

DOI 10.22533/at.ed.1582015018

CAPÍTULO 9 95

HISTÓRIA PÚBLICA E PATRIMÔNIO EM PAULO FRONTIN - PR

[Welerson Fernando Giovanoni](#)

[Michel Kobelinski](#)

DOI 10.22533/at.ed.1582015019

CAPÍTULO 10 110

O POBRE: AS REPRESENTAÇÕES DA POBREZA NA IMPRENSA DE JUIZ DE FORA EM FINS DO SÉCULO XIX

[Iolanda Chaves Ferreira de Oliveira](#)

DOI 10.22533/at.ed.15820150110

CAPÍTULO 11 119

OS FRANCISCANOS E OS GENTIOS NO BRASIL COLONIAL – A SERVIÇO DA FÉ E DA COROA

[Peter Johann Mainka](#)

DOI 10.22533/at.ed.15820150111

CAPÍTULO 12 148

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL “POR DENTRO DA HISTÓRIA”: UM GUIA PARA A METODOLOGIA?

[Francilene Ramos Lourenço Soares](#)

DOI 10.22533/at.ed.15820150112

CAPÍTULO 13 157

A PRODUÇÃO FÍLMICA “ARAGUAIA: CAMPO SAGRADO” E A INTERPRETAÇÃO DE SUA NARRATIVA

[Marcondes da Silveira Figueiredo Júnior](#)

DOI 10.22533/at.ed.15820150113

CAPÍTULO 14 176

O PENSAMENTO ANARQUISTA NA IMPRENSA ANARQUISTA DURANTE AS CRISES DA DEMOCRACIA NO BRASIL

[Pedro Rachid de Paula Reino](#)

DOI 10.22533/at.ed.15820150114

CAPÍTULO 15 187

UMA BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO LULISMO (2003-2010)

[Nathan dos Santos Alves](#)

DOI 10.22533/at.ed.15820150115

CAPÍTULO 16 198

A EDUCAÇÃO NO BRASIL E OS PACTOS DA BRANQUITUDE

[Adelina Malvina Barbosa Nunes](#)

[Margareth Diniz](#)

DOI 10.22533/at.ed.15820150116

CAPÍTULO 17	208
O ENSINO DA HISTÓRIA, ENTRE A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA E A CULTURA ESCOLAR	
Antonio Carlos Figueiredo Costa	
DOI 10.22533/at.ed.15820150117	
CAPÍTULO 18	217
O TRAÇADO DA GUERRA: A CARICATURA COMO ARMA NA GUERRA DO PARAGUAI (1864 – 1870)	
Theo de Castro e Carneiro	
DOI 10.22533/at.ed.15820150118	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	229
ÍNDICE REMISSIVO	230

UMA BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO LULISMO (2003-2010)

Data de aceite: 05/12/2019

Nathan dos Santos Alves

Bacharelado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional-TO

RESUMO: Por meio de uma pesquisa bibliográfica unida à uma análise hermenêutica crítica dos dados e fatos encontrados em meio a investigação, buscou-se neste trabalho, analisar o tratamento da educação nos dois mandatos de Luiz Inácio “Lula” da Silva (2003-2010), afim de compreender o modelo educacional que se projetou neste governo, suas contribuições, avanços, contradições e retrocessos. Primeiramente fez-se uma pesquisa bibliográfica sobre uma série de artigos acerca do governo Lula, na dimensão econômica e social, buscando entender como se deu a governança do mesmo. Em seguida utiliza-se de uma consulta no diário oficial da união online, conselho nacional de educação, site do ministério da educação e da Capes, afim de encontrar todos os decretos, medidas provisórias e projetos de leis aprovados pelo presidente petista em seu governo, bem como é empreendida mais leituras sobre as ações do Estado neste mesmo período. A abordagem é puramente exploratória e não visa um

aprofundamento intenso em todas as políticas públicas adotadas, tanto por conta do número de ações Estatais, que é bem expressivo, quanto pela literatura já presente sobre o tema. Portanto o que se fez, foi uma breve história da educação no Lulismo, focando em determinadas medidas que se considera as mais relevantes para entender o tratamento do tema na Era Lula.

PALAVRAS-CHAVE: História da Educação; Lulismo; Política Educacional; Legislação; Análise de políticas públicas;

A BRIEF HISTORY OF EDUCATION IN THE LULISMO (2003-2010)

ABSTRACT: Through a bibliographic research coupled with a critical hermeneutic analysis of the data and facts found in the investigation, this paper aimed to analyze the treatment of education in the two terms of Luiz Inácio “Lula” da Silva (2003-2010), in order to understand the educational model that was projected in this government, its contributions, advances, contradictions and setbacks. Firstly, a bibliographic research was made on a series of articles about the Lula government, in the economic and social dimension, seeking to understand how its governance took place. It then uses a consultation in the official online union diary, national education council, Ministry of Education website and Capes to

find all decrees, provisional measures and bills passed by the petist president in his government, as well as further readings on the actions of the state in this same period. The approach is purely exploratory and does not seek to deepen all public policies adopted, either because of the number of State actions, which is quite expressive, as well as the literature already present on the subject. So what was done was a brief history of education in Lulism, focusing on certain measures that are considered the most relevant to understand the treatment of the theme in the Lula's Era.

KEYWORDS: Education History; State's ideologies apparats; Hegemony; Brazilian Teaching; Pedagogy;

1 | INTRODUÇÃO

O nome Luiz Inácio Lula da Silva talvez seja o mais polêmico atualmente, trazendo consigo uma polarização evidente, entre seus apoiadores e opositores. Ora “*o filho do brasil*”, ora a cabeça do “*mecanismo*” o ex-presidente e metalúrgico, para bem ou para o mal, este prova-se uma figura importantíssima para toda história do país, seja por conta dos escanda-los ou pelos feitos em seu governo entre 2003-2010.

É pensando na importância que esta figura política tem para a história nacional que este trabalho foi escrito. O que se pretendeu foi entender como se deu a educação no Lulismo, como este abordou o tema, quais as contribuições, quais as falhas ou possíveis retrocessos. É importante ressaltar que o recorte com ênfase na educação se dá por conta da importância dela enquanto estratégia política na luta pela hegemonia. A educação é fundamental em qualquer sociedade, mas nos países do ocidente ela se torna ainda mais política, por constituir-se como um aparelho ideológico do Estado, atuando a serviço dos interesses das classes dominantes e do capital. Sendo, portanto, uma das políticas públicas mais fundamentais dentro de qualquer Estado.

Neste contexto o artigo compõe-se de cinco partes. Após esta introdução, examinou-se brevemente, no tópico seguinte, o governo Lula em suas múltiplas dimensões. No terceiro tópico tratou-se das políticas públicas voltadas para a educação adotadas por Lula em seus dois mandatos, utiliza-se dos diversos decretos e leis aprovadas por este, bem como de medidas tomadas por seus ministros da educação entre 2003 até 2011, sendo que esta subdividida a seção de acordo com os mandatos, afim de compreender o tratamento da educação no governo Lula em seus diferentes momentos. Por fim, nas considerações finais, procede-se resumindo as principais evidências levantadas ao longo do trabalho e da-se algumas possíveis explicações que permite entender o papel das políticas públicas de educação no contexto do Lulismo, suas contribuições e problemáticas.

Vale ressaltar que este escrito é de cunho qualitativo e se utiliza como método uma pesquisa bibliográfica unida à uma análise crítica dos dados e fatos encontrados em meio a investigação. Primeiramente é lido uma série de artigos acerca do governo Lula, na dimensão econômica e social, buscando entender como se deu a governança do mesmo. Em seguida utiliza-se de uma consulta no diário oficial da união online,

conselho nacional de educação, site do ministério da educação e da Capes, afim de buscar todos os decretos, medidas provisórias e projetos de leis aprovados pelo presidente petista em seus dois mandatos, bem como lê-se mais alguns textos sobre as ações do estado neste mesmo período.

2 | O LULISMO (2003-2010)

A posse de Luís Inácio Lula da Silva em 2003 foi permeada por uma onda de esperança por parte da esquerda que pela primeira vez na história do país conquistava o mais alto cargo do Executivo, bem como da população pertencente as classes mais vulneráveis economicamente e socialmente, que tinham esperança na promessa da chegada de um Brasil repleto de justiça social. Ao passo que a direita “temia”, ou pelo menos expressava certo temor quanto a uma revolução, a instauração de uma ditadura proletária ou alguma forma de comunismo. Porém ambos se “equivocaram”.

Os governos petistas, tanto de Lula, quanto de Dilma Rousseff não atenderam às expectativas, tanto dos apoiadores, quanto dos opositores. Em mais de uma década não ocorreu nenhuma revolução gloriosa, ditadura proletária, comunismo, socialismo ou a tão ansiada justiça social. Não que o governo dos dois presidentes citados não tenha tido nenhuma conquista para a área social, pelo contrário, foram inúmeros projetos executados, medidas e programas que contribuíram para a retirada da extrema pobreza mais de 5 milhões de brasileiros.

Ainda nos governos petistas o país alcançou a 7ª posição dentre as grandes potências mundiais e hoje ocupa o 9º lugar, neste mesmo ranking. A organização das nações unidas retratou em um relatório em 2015 que o bolsa família é uma espécie de modelo de programa social bem-sucedido. Porém como bem se sabe os holofotes não ficaram apenas restritos à bons desempenhos e políticas públicas de sucesso, os inúmeros escanda-los de corrupção que os dois governos estiveram envolvidos, seja por ligação direta ou por nomes associados contribuíram para o antipetismo que vigora até os dias atuais.

Segundo alguns especialistas de áreas econômica e política atribuem parte do sucesso de Lula a herança política com condições favoráveis devido ao processo de redemocratização. Com Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso obteve-se a tão sonhada estabilização da moeda e da economia do país, porém por meio de uma política econômica subordinada ao capital internacional que teve consequências a longo prazo. Eleito depois de três tentativas fracassadas, acredita-se por um lado, que o petista tenha obtido condições privilegiadas para exercício do poder em 2003.

A tomada de posse do mesmo mostrou uma mudança evidente na retórica petista em relação ao período de eleições, tal qual o partido sustentou desde sua fundação. O discurso revolucionário foi substituído por uma submissão em relação as demandas do capital, por parte do então presidente Lula e posteriormente de Rousseff. Ao contrário da falácia anti-petista que se manifesta hoje, o PT não representou um rompimento

em relação ao modelo de Estado que o Brasil sempre apresentou, pelo contrário deu continuidade a este, por mais, que com algumas alterações, manteve intacto a base neoliberal, adotando políticas públicas que em muito se voltavam a este padrão que FHC já vinha adotando.

O que leva o senso comum e dá suporte a oposição petista de classificar os governos petistas como “comunistas” é dentre outros fatores, a diplomacia e política externa adotada pelo Lulista, que se debruçou mais sobre países emergentes e com histórico ou que apresentavam regimes não democráticos ao redor do globo, como por exemplo: Irã, Sudão, Venezuela e Cuba.

No que tange a política social o alcance das políticas sociais do governo Lula foi profundamente limitado pelas restrições postas ao desenvolvimento econômico. Este deu prioridade para as políticas de transferência de renda aos mais pobres, programas de assistência social e investida em uma democratização da educação formal e ampliação do ensino técnico, mas sempre pautados nos interesses do capital e em uma lógica produtivista.

Indicadores do IBGE apontam entre 1999-2003 uma elevação da população que ganha até dois salários mínimos ou não é remunerada, que passa de 62,4% a 67,3%. O IPEA aponta também a elevação da taxa de pobreza, entre 2002-2003, de 34% para 39%, com sua queda posterior para 33% em 2004. Para este descenso muito contribuíram os programas sociais do governo, pois a renda real média das pessoas, mesmo hoje em 2006, com o crescimento econômico moderado gerado a partir de 2004, permanece 4,3% inferior às de 2002. Trata-se, portanto, de um resultado bastante modesto, baseado na focalização de políticas sociais que prioriza por critérios conservadores – meio salário mínimo per capita – a população abaixo da linha de pobreza, excluindo um amplo contingente de pessoas com carência de necessidades básicas e que de fato empobreceu entre 2002-2006 (IBGE, 2006). A contradição entre os resultados e as metas esvaziou a retórica do Fome Zero em favor do Bolsa Família, um de seus programas, que ganhou maior destaque, indicando a prioridade que assumiu a focalização sobre a proposta inicial, mais ampla e ambiciosa de combate à pobreza (MARTINS, 2007, p. 40).

Os governos de Lula e Dilma tiveram relações complexas com o congresso, O crescimento econômico foi limitado pelo motor externo, neoliberalismo e por uma política industrial tímida. Suas reformas em pouco modificaram o Status Quo, dirigidas tecnocraticamente e limitadas pelas instituições neoliberais. Portanto, não pode ser tida como socialista, ou sequer comunista o padrão de governo petista, pois enquadra-se mais em um padrão de governo de terceira via (ALMEIDA, 2004).

Contextualizado o governo petista de uma maneira geral nesta parte, a próxima seção irá se debruçar acerca da educação no governo Lula, os decretos, medidas provisórias e projetos de lei referentes ao tema, bem como toda atuação do Ministério da Educação, financiamento e gestão da educação durante os 8 anos de mandato do presidente petista.

3 | A EDUCAÇÃO NO GOVERNO LULA

O governo Lula, bem como o de seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, e de sua sucessora, Dilma Rousseff, gabam-se por apresentar números cada vez mais expressivos sobre a educação no país, reproduzindo um velho paradigma da história da educação brasileira, que tem origens no início da república: o entusiasmo pela educação. Este por sua vez acaba por tratar a educação de forma quantitativa, e põe em segundo plano a dimensão qualitativa da mesma.

A educação no governo Lula, além de ansiar por uma expansão, também foi marcada pela exigência da integração da pauta às demandas da reestruturação produtiva do Capital (FERREIRA, 2012). O conhecimento científico, portanto, atendeu as expectativas do status quo, intensificou o tratamento deste como estratégia de competitividade e desenvolvimento econômico.

Para entender como se deu a atuação do presidente petista em sua totalidade esta seção é dividida em outros dois tópicos. No primeiro apresenta-se brevemente o conjunto de ações executadas pelo governo Lula em seu primeiro mandato, entre os anos de 2003 e 2006. No segundo por sua vez, discorre-se acerca do segundo mandato de Lula nos anos de 2007 a 2010, focando principalmente no plano de desenvolvimento da educação desenvolvido pelo mesmo governo.

3.1 O PRIMEIRO MANDATO (2003-2006)

O primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva foi permeado por uma instabilidade geral devido à pressão do judiciário sobre certos atores próximos ao governo. Logo em 2004 o então assessor da presidência, Waldomiro Diniz foi afastado do cargo depois da divulgação de um vídeo em que aparece cobrando propina para arrecadar dinheiro para a campanha eleitoral de 2002, ao passo que no ano seguinte viria à tona o esquema de compra de votos de parlamentares comandado pelo governo do PT, que ficou conhecido como mensalão.

A desestabilização da administração foi sentida na pasta educação, sendo que durante o primeiro mandato de Lula estiveram presentes três Ministros na matéria em questão. O primeiro foi Cristóvão Buarque que deixou o cargo em 27 de janeiro de 2004, sendo sucedido por Tarso Genro que foi titular da pasta até 29 de julho de 2005, sendo por fim substituído por Fernando Haddad que era o Secretário Executivo do Ministério.

Contudo, estes 4 anos de primeiro mandato do Lulismo não foram perdidos para a pasta, diversos textos importantes foram enviados ao congresso, como o que continha o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Ainda neste foi estruturado o Programa Brasil Alfabetizado, afim de cuidar da alfabetização de jovens e adultos, principalmente no Norte e Nordeste do país, além do programa universidade para todos (Prouni), no qual as universidades privadas passam a destinar bolsas de estudo totais e/ou parciais, afim de receberem

isenção fiscal por conta da adesão ao programa.

De uma maneira geral, Maria Aparecida Azevedo abreu aponta que a educação do país durante o governo Lula, nas diversas áreas, dera-se da seguinte maneira:

A educação básica teria uma nova sistemática de distribuição de recursos, tendo como referência não somente o ensino fundamental, como se dava anteriormente com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental¹⁰, mas também o ensino infantil e o médio. O ensino infantil foi incluído na destinação dos recursos do Fundeb como consequência da forte atuação da Campanha Nacional pelo Direito à Educação[...]. O ensino tecnológico voltou a ter seu estatuto de formação destinada à vida profissional, tanto na educação de nível médio como de nível superior, de forma integrada e não sob a influência das demandas estritamente empresariais, como reivindicavam os setores ligados a essa modalidade de educação (ABREU, 2010, p. 134).

Se instituiu ainda neste mandato do petista, por meio da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Formado por três componentes: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. O Sistema passou a avaliar todos os aspectos que giram em torno desses três eixos, principalmente o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição de ensino superior, o corpo docente e as instalações. Sendo, portanto, um novo mecanismo de controle afim de moldar a educação para atender as exigências produtivas do capital.

3.2 O SEGUNDO MANDATO (2007-2010)

A ferramenta geracional PDE, ou Programa de Desenvolvimento da Escola é o ponta pé inicial das políticas públicas para a educação no segundo mandato de Luís Inácio Lula da Silva. Lançado em 2007, neste a escola passa a adotar uma visão estratégica e pautada em metas quanto ao tratamento dos discentes, analisa o seu desempenho baseado em parâmetros federais, seus processos, suas relações internas e externas, sua “missão”, suas condições de funcionamento e os resultados obtidos frente aos interesses estatais.

Inicialmente o PDE se debruçava em ações de portes variados e em todos os níveis educacionais. Foi recebido com certo ceticismo por alguns setores ligados à educação e passou a atuar na educação básica a partir do Decreto nº 6.094, de 24 de Abril de 2007, que instituiu o Plano de metas “compromisso todos pela educação”. Este visava o acordo entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atuando em convênios para à melhoria da qualidade da educação básica.

O PDE, juntamente com o Plano de Metas, necessitava de instrumentos capazes de avaliação e de implementação de políticas afim de fazer suas propostas palpáveis, portanto foi criado o Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (SIMEC), para que os cumprimento das obrigações firmadas em ambos os documentos foi alcançado. A plataforma digital e tecnológica deste, trouxe também o

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que combinou mecanismos de avaliação já existentes: O censo educacional, os exames nacionais, a prova Brasil e o Enem (ABREU, 2010).

A busca de uma expansão do ensino básico e superior foi um dos principais objetivos dos dois mandatos do petista, porém é no segundo que se intensifica as ações verdadeiramente capazes de alcançar tal objetivo. No que tange o ensino básico várias medidas foram direcionadas, entre elas Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (proinfância), que demonstraram ser um feito e tanto na democratização deste ciclo educacional, quanto garantindo aos discentes do mesmo, principalmente aqueles de baixa renda, melhores condições de permanência.

A atuação do Estado no ensino superior, por sua vez, divide-se em relação a rede particular e pública de educação. Na primeira continuou-se e se aprofundou a ação direcionada ao PROUNI, ao passo que nas faculdades públicas as políticas públicas se estruturam baseadas no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

O Reuni é uma das ações que integram o já citado Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que reconhece o ensino como uma função estratégica o desenvolvimento econômico da nação. Com este programa foram criadas inúmeras novas universidades, campi e cursos, além da ampliação no número de vagas dos cursos e incentivo a abertura de cursos noturnos e de vários institutos federais. Sua implantação se deu em 2008, este elencou as universidades que o adotassem uma série de medidas a serem cumpridas, como: aumento gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90%, a elevação gradual da relação aluno/professor para 18 alunos para 1 professor, o aumento mínimo de 20% nas matrículas de graduação e o prazo de cinco anos, a partir de 2007, ano de início do Programa para o cumprimento das metas. O programa aumentou as vagas nos cursos de graduação, tal como o número de cursos das universidades que aderiram a ele, sendo que estas aumentaram seus recursos de custeio em 20%.

Ainda no ensino superior, a lei nº 11.502 de 11 de julho de 2007, atribuiu à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a responsabilidade sobre a formação de professores, demonstrando mais uma vez a intenção do Executivo de articular os dois níveis de ensino (básico e superior) afim de obter maior racionalidade técnica para o crescimento nacional.

Também no governo Lula, criou-se o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), em 2009, que visava ampliar o acesso ao ensino superior por meio de um sistema informatizado, gerenciado pelo Ministério da Educação, no qual as instituições públicas de educação superior passaram a oferecer vagas a candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Por fim no que tange o ensino técnico a atuação de Lula se deu em duas vertentes, uma no ensino básico e outra no ensino superior, no qual os Institutos Federais atuavam integrando o ensino médio ao profissional e oferecendo cursos de licenciatura, estabelecido na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Estas ações foram de importante contribuição para o ensino brasileiro, pois auxiliaram na expansão das licenciaturas, assim como do próprio ensino básico que quando integrado ao médio dava maiores “vantagens” para o estudante em sua formação e sua busca por um emprego posteriormente.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O governo Lula (2003-2010), com evidencia-se não foi um governo socialista, nem chegou perto deste, ao contrário, este ficou refém da lógica produtiva do capital, se caracterizando como uma Social Democracia. O perfil do Estado se mostra verdadeiramente quando observamos as políticas públicas adotadas por parte deste, e é o que se vê analisando o tratamento da educação no Lulismo.

O primeiro mandato (2003-2006) do presidente petista foi extremamente conturbado, cheio de escanda-los e uma instabilidade que refletida no ministério da educação que passou por três responsáveis diferentes pela pasta ao longo destes quatro anos. Porém esta fragilidade no governo não impediu que o Estado realiza-se ações voltadas ao tema, foram enviados textos importantes ao congresso, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Ainda neste mandato foi estruturado o Programa Brasil Alfabetizado, além do programa universidade para todos (Prouni) que foi duramente criticado por alguns setores da educação que indicaram à lógica neoliberal por trás deste tratamento à educação superior particular.

No segundo mandato (2007-2011), por sua vez, a atuação do Lulismo no campo da educação se intensificou, se estruturando principalmente entorno do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), no qual trouxe outros textos como o plano de metas compromisso todos pela educação e a necessidade de instrumentos institucionais afim de garantir o cumprimento dos compromissos firmados por este. Ainda no exercício do poder Lula demonstrou mais uma vez a lógica produtivista do governo através do tratamento da educação pautado em garantir um progresso regular afim de cumprir metas e demonstrar resultados numéricos com o Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que por mais que tenha obtido uma efetivação interessante e expansão do ensino superior as camadas marginalizadas e/ou de baixa renda, acabou por colocar as Universidades em regime de competição por verba.

A educação no Lulismo representou, portanto, mais continuidade com o que já estava sendo feito nos governos anteriores, que rupturas com os mesmos. Baseados em uma lógica que privilegiava os interesses do capital, mas sem nunca esquecer a

dimensão social, alcançou os tão desejados números para gabar-se, mas não se limitou a isto, a atuação do estado na “Era Lula” também desenvolveu aparatos capazes de garantir a permanência dos indivíduos de baixa renda tanto no ensino básico, quanto no ensino superior, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) destinado ao primeiro nível educacional e Programa nacional de assistência estudantil (PNAES) destinado ao segundo. Representando assim, um governo importantíssimo na inserção das mais variadas camadas sociais no sistema educacional, por mais que acompanhado de diversas ações questionáveis, não deixa de ser um passo importantíssimo na história da educação brasileira.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 33 ed. São Paulo; Brasiliense, 1995.

GHIRALDELLI Jr, P. **O que é pedagogia**. Brasília: Editora brasiliense, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1968.

DUBET, F. **O que é uma escola justa**. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

FOUCAULT. M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Editora Graal, 2014.

_____. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.

LOPES, Eliane Maria Teixeira et al. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 3 ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil 1930/1973**. Petrópolis: Vozes, 2003.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. **A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea**. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a05>> acesso em 14 de janeiro de 2019.

AGUIAR, V. Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura. *Revista de Sociologia e Política (Online)*, v. 24, p. 113-126, 2015.

BELIEIRO JUNIOR, J. C. M.. Inflação e política no Brasil contemporâneo: a experiência dos governos FHC e Lula. *Século XXI - Revista de Ciências Sociais*, v. 3, p. 182-212, 2013.

Saviani, D., “O Plano de Desenvolvimento da Educação: Análise do Projeto do MEC”. *Educação e Sociedade*, 2007, vol. 28, nº 100, pp. 1231-1255.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Raisons pratiques; sur la théorie de l’action**. Paris: Seuil, 1994.

BRASIL. Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010. Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada, sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, para seleção

de candidatas a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior dele participantes. Diário Oficial da União, Brasília, ano 147, n. 18, seção 1, 27 de janeiro de 2010. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=80&data=27/01/2010>> . Acesso em: 10 jan. 2019.

_____. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, ano 149, n. 169, seção 1, p. 1-2, 30 ago. 2012. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=30/08/2012>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

_____. Ministério da Educação e Cultura – MEC. Dados Censo 2015. Brasília, 11 de fevereiro de 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17044-dados-censo-2015-11-02-materia&Itemid=30192>. Acesso em: 10 jan. 2019.

_____. Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF, 2010a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em 08 fev. 2019.

_____. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm> . Acesso em: 8 fev. 2019.

_____. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, DF, 2005a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm>. Acesso em: 08 fev. 2019.

_____. Medida provisória Nº 213, de 10 de setembro de 2004. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Mpv/213.htm> Acesso em: 08 fev. 2019.

_____. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 13, de 17 de maio de 2010. Altera a Portaria Normativa MEC nº 2, de 26 de janeiro de 2010, que institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada - SiSU. Brasília, DF, 2010b.

_____. Ministério da Educação. Portaria MEC 2, de 26 de janeiro de 2010. Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada, sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, para seleção de candidatas a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior dele participantes. Brasília, DF, 2010c.

_____. Ministério da Educação. Portaria normativa MEC nº 21, de 21 de novembro de 2012. Dispõe sobre o Sistema de Seleção Unificada - SiSU. Brasília, DF, 2012c. Disponível em: <<http://static07.mec.gov.br/sisu/portal/data/portaria.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2019.

_____. Decreto n. 6.094, de 24/4/2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm> . Acesso em: 10 de fev. de 2019.

SAAD FILHO, A. Avanços, contradições e limites dos governos petistas. Crítica Marxista, n.42, p.171-177, 2016.

ALMEIDA, M. H. T. A política social no governo Lula. NOVOS ESTUDOS, n. 70, p. 7-17, novembro de 2004.

MARTINS, C. O Brasil e a dimensão econômico-social do governo Lula: resultados e perspectivas. Rev. Katál. Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 35-43 jan./jun. 2007.

ABREU, M. Educação: um novo patamar institucional. NOVOS ESTUDOS, n. 87, P. 131-143, julho de 2010.

FERREIRA, S. Reformas na Educação Superior: de FHC a Dilma Rousseff (1995-2011). Linhas Críticas, Brasília, DF, n.36, p. 455-472, maio/ago. 2012.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação Penal 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67
Amarração 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35
Análise de políticas públicas 187
Anarquismo 176, 177, 178, 182, 184, 185
Anarquista 176, 177, 178, 179, 181, 182, 185
Araguaia-Campo Sagrado 157

B

Branquitude 198, 199, 200, 201, 202, 206

C

Caricatura 217, 219, 220, 227
Caridade 110, 114, 115, 117, 118
Carnaval 1, 3, 4, 5, 6, 9
Ceará 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36
Colonização 19, 39, 80, 82, 83, 84, 93, 119, 124, 128, 133, 134, 136, 146, 199, 202, 215
Crise 112, 145, 176, 179, 181, 185, 213, 217
Crítica da Economia Política 13, 24
Cultura histórica 208, 210, 212

D

Democracia 9, 10, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 194, 211
Discurso Econômico 13, 14, 23, 24

E

Economia Política 13, 18, 21, 22, 23, 24
Educação 37, 43, 44, 45, 78, 79, 96, 102, 106, 108, 115, 119, 126, 136, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 182, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 204, 206, 211
Educação patrimonial 108, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156
Encantaria 80, 81, 82, 85, 86, 87, 88, 91, 93, 94
Ensino de História 1, 4, 43, 44, 106, 107, 215
Escola de samba 1, 3, 4, 5, 6

F

Filme 157, 159, 166, 169, 175

G

Golpe 176, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 211
Guerra do Paraguai 217, 219, 220, 227

Guerrilha do Araguaia 157, 158, 161, 164, 175

Guia básico de educação patrimonial 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155

H

História da Educação 187, 191, 195, 201

História do Brasil Colonial 119

História do Direito 58, 63, 64, 65, 67, 68

História do Processo Penal 58, 63

História local 95, 148, 156

Historiografia 4, 25, 28, 37, 62, 63, 112, 136, 137, 141, 144, 162, 179, 208, 212, 215, 217, 220

I

Identidade 3, 5, 6, 7, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 42, 48, 49, 70, 72, 73, 78, 96, 97, 98, 104, 118, 175, 198, 199, 209, 210, 215

Ideologia 13, 14, 15, 17, 20, 23, 24, 27, 32, 113, 116, 117, 178, 199, 203, 216

Indígenas 3, 9, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 183, 199, 202

J

Judith Butler 70, 71, 73, 75, 77, 78, 79

L

Legislação 60, 66, 133, 139, 141, 142, 187

Lulismo 187, 188, 189, 191, 194

M

Maranhão 25, 32, 34, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 93, 94, 119, 144, 145

Matéria Cavaleiresca Alemã 80

Memória 4, 36, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 85, 86, 96, 97, 98, 100, 102, 106, 108, 109, 149, 151, 152, 154, 156, 157, 158, 161, 162, 164, 167, 169, 172, 174, 175, 212, 214, 215, 220, 227

Michel Foucault 70, 71, 72, 74, 78

Missão 119, 120, 122, 123, 124, 125, 129, 131, 143, 144, 192

N

Negociações 38, 39, 58, 63, 64, 66, 67

O

Ordem de São Francisco (OFM) 119

P

Periódicos 28, 31, 65, 98, 180, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224

Pesquisa 25, 28, 37, 38, 43, 44, 45, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 63, 64, 65, 66, 72,

92, 95, 96, 98, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 148, 150, 158, 164, 174, 176, 178, 180, 184,
185, 187, 188, 192, 196, 198, 199, 201, 203, 204, 205, 208, 213, 217, 227

Piauí 25, 26, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36

Pobreza 110, 111, 113, 114, 116, 177, 189, 190

Política Educacional 187

R

Racismo 7, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 212

Regime militar 9, 10, 157, 158, 164, 174

S

Samba enredo 1, 2, 3, 4, 5, 6, 11

Subjetividade 198, 200

T

Teoria Queer 70, 71, 72, 73, 75, 78, 79

Transição ao capitalismo 13

 **Atena**
Editora

2 0 2 0